



Concurso Público

001. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE PROMOTORIA I (Assistente Jurídico)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____ Sala _____ Carteira _____ Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 04**.

O bom debate

Devemos travar debates em termos racionais ou é desejável que a carga moral pautar a discussão? A pergunta, como o leitor já deve ter intuído, é traiçoeira.

Longe de mim sugerir que a razão é dispensável. Se há uma característica que possibilita que vivamos em sociedades de dezenas de milhões de pessoas com os mais variados *backgrounds** culturais e diferentes prioridades, é justamente a capacidade de desenvolver tecnologias e estabelecer regras básicas cuja pertinência lógica está ao alcance de todos.

No que diz respeito a debates propriamente ditos, a razão é que nos ajuda a buscar evidências que apoiem nossa tese (ou falseiem a de nossos adversários) e a discriminar entre argumentos válidos e falaciosos, possibilitando-nos chegar a conclusões sólidas.

O problema é que, embora a razão faça tudo isso, ela é péssima motivadora. Nosso modo analítico, que opera com algoritmos, cálculo probabilístico e lógica formal, é um sistema abstrato, lento e que exige reflexão antes de traduzir-se em ações.

Felizmente, não dependemos só dele. Contamos também com um módulo experiencial. Moldado por milhões de anos de seleção natural, ele é intuitivo, baseia-se em emoções e é extremamente rápido. Não precisamos pensar antes de recusar comida estragada ou fugir de cães bravios. A dificuldade aqui é que, como as emoções estão no comando, tudo pode adquirir dimensão moral.

Um bom exemplo é o do cigarro. Mais ou menos desde os anos 60, todo fumante sabia que o hábito faz mal à saúde. Esse conhecimento racional, porém, não era o bastante para fazer a maioria abandonar o cigarro. A partir dos anos 90, à medida que o ato de fumar foi ganhando contornos de falha moral, os índices de ex-tabagistas cresceram e menos jovens se iniciaram nas libações fumígenas. O perigo aqui é que abrimos espaço para discriminações e estridências que são elas mesmas moralmente injustificáveis.

(Hélio Schwartzman. www.folha.uol.com.br, 04.04.2015. Adaptado)

**background:* a totalidade dos elementos (antecedentes familiares, classe social, educação, experiência etc.) que contribuíram para a formação de um indivíduo, moldaram sua personalidade e influenciam seus rumos (*Houaiss*).

01. A partir da leitura do texto, afirma-se corretamente que o bom debate

- (A) guia-se pela moralidade, a qual é produto direto do raciocínio lógico.
- (B) orienta-se por uma lógica abstrata, que desencadeia ações imediatas.
- (C) mobiliza o conhecimento racional, combinado com a dimensão moral.
- (D) pauta-se por regras de conduta abstratas, sobre as quais exista consenso.
- (E) prescinde da razão, apoiando-se em juízos com implicações morais.

02. Segundo o autor,

- (A) o raciocínio lógico abstrato exige uma espécie de reflexão intraduzível em ações.
- (B) a análise lógica e racional não constitui motivação suficiente para alterar hábitos.
- (C) a vantagem do módulo experiencial sobre a razão é que aquele resulta em juízos mais justos.
- (D) a intuição resultante da seleção natural visa dirimir conflitos entre culturas diferentes.
- (E) o convívio de culturas diferentes pressupõe a existência de uma moral comum.

03. “No que diz respeito a debates propriamente ditos, a razão é que nos ajuda a buscar evidências que apoiem nossa tese (ou falseiem a de nossos adversários) e a **discriminar** entre argumentos válidos e falaciosos, possibilitando-nos chegar a conclusões sólidas.”

No contexto dado, interpreta-se, corretamente, o termo **discriminar** com o sentido de

- (A) revelar-se intolerante.
- (B) esquivar-se de escolher.
- (C) retificar incorreções.
- (D) julgar precipitadamente.
- (E) perceber diferenças.

04. Assinale a alternativa em que o trecho do texto está reescrito corretamente, no que se refere ao emprego dos sinais de pontuação.

- (A) A razão é que nos ajuda a buscar evidências que apoiem nossa tese – ou falseiem a de nossos adversários – e a discriminar entre argumentos válidos e falaciosos, para que possamos chegar a conclusões sólidas.
- (B) Não precisamos pensar, antes de recusar comida estragada. Ou fugir de cães bravios. Como as emoções estão no comando, a dificuldade aqui, é que tudo pode adquirir dimensão moral.
- (C) Mais ou menos desde os anos 60, todo fumante sabia: que o hábito faz mal à saúde; mas esse conhecimento, apesar de racional não era o bastante, para fazer a maioria abandonar o cigarro.
- (D) Embora a razão, faça tudo isso, o problema é: ela é péssima motivadora; nosso modo analítico opera com algoritmos, cálculo probabilístico, lógica formal; é pois, um sistema abstrato.
- (E) Contamos também, com um módulo experiencial. Moldado por milhões de anos de seleção natural; ele é intuitivo, baseado em emoções, e extremamente rápido.

05. A concordância verbal está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) Devem-se levar a sério a possibilidade de existir discriminações e estridências moralmente injustificáveis.
- (B) Faz-se um alerta para o risco de que se manifestem discriminações e estridências moralmente injustificáveis.
- (C) O autor teme que, se abrirmos espaço, possa surgir discriminações e estridências moralmente injustificáveis.
- (D) O filósofo sugere que existe a chance de haverem discriminações e estridências moralmente injustificáveis.
- (E) Deve-se considerar o perigo de que ocorra discriminações e estridências, as quais poderão ser moralmente injustificáveis.

06. Leia a tira.



(Dik Brownie, *Hagar*. www.folha.uol.com.br, 29.03.2015. Adaptado)

Considerando a ortografia e a acentuação da norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas estão, correta e respectivamente, preenchidas por:

- (A) mal ... por que ... intuito
- (B) mau ... por que ... intuito
- (C) mau ... porque ... intuito
- (D) mal ... porque ... intuito
- (E) mal ... por quê ... intuito

07. Leia o texto.

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e atento aos recorrentes pedidos para designação de Promotores de Justiça para auxiliar na execução de inquéritos civis na área de tutela do patrimônio público, AVISA aos Promotores de Justiça interessados, cujas Promotorias de Justiça possuam feitos relacionados à mencionada área de atuação, que manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, eventual interesse em receber auxílio do “PROJETO ESPECIAL – TUTELA COLETIVA”.

(www.mpsp.mp.br. Adaptado)

Uma frase condizente com as informações do texto e redigida corretamente, no que se refere à concordância nominal padrão, está em:

- (A) Estão autorizados a receber auxílio do “PROJETO ESPECIAL – TUTELA COLETIVA” os Promotores de Justiça cujos trabalhos sejam atinente à área de tutela do patrimônio público.
- (B) O Procurador-Geral de Justiça torna conhecida a oportunidade para que determinados Promotores de Justiça solicitem auxílio do “PROJETO ESPECIAL – TUTELA COLETIVA”.
- (C) O “PROJETO ESPECIAL – TUTELA COLETIVA” atende a Promotores de Justiça atrelados a Promotorias de Justiça com inquéritos civis incluso na área de tutela do patrimônio público.
- (D) A manifestação de interesse em receber auxílio do “PROJETO ESPECIAL – TUTELA COLETIVA” deve ser submetido ao Procurador-Geral de Justiça no prazo de cinco dias.
- (E) O Procurador-Geral de Justiça faz saber: abertos aos Promotores de Justiça empenhados na execução de inquéritos civis na área de tutela do patrimônio a inscrição no “PROJETO ESPECIAL – TUTELA COLETIVA”.

08. O acento indicativo de crase está empregado corretamente em:

- (A) Um prazo foi estabelecido para àqueles que desejassem demonstrar interesse em receber o auxílio.
- (B) O Procurador-Geral de Justiça atendeu à diversas solicitações que lhe foram encaminhadas.
- (C) O texto citado diz respeito à participação em um projeto da área de Promotoria de Justiça.
- (D) Aparentemente, a data à partir da qual os interessados receberão o auxílio não foi definida.
- (E) O Procurador-Geral de Justiça dirigiu-se à quem se interessasse em receber um auxílio específico.

09. Está redigida com clareza e correção, isenta de vícios de linguagem, a frase:

- (A) Diante do fórum, a manifestação de representantes de grupos feministas interrompeu o julgamento, o qual se estendeu por mais de dezesseis horas.
- (B) A mulher prestou queixa contra seu vizinho, que segundo ela, havia insultado seu filho, acusando-lhe injustamente de ter cometido um delito que, na verdade, não havia cometido.
- (C) O parecer final, expedido após análise judicial, concedeu, conforme consta nos documentos arquivados por esta Promotoria, a concessão de uso do espaço público pelo requerente.
- (D) Quando a prisão temporária é decretada, e portanto se expede o mandado de prisão do indiciado, em duas vias, sendo que uma delas lhe será entregue e servirá como nota de culpa.
- (E) Em que pesem as incontáveis vantagens da internet, é usada de maneira indiscriminadamente, capazes de produzir danos irreparáveis, à pessoas, empresas e órgãos públicos.

10. Leia o poema.

A Cascata

A água feminina canta e dança
com suas luas brancas, luas frias,
que se desfazem ao sol do meio-dia,
e derrama a nudez da claridade
e seu fulgor de espelhos e de espadas
nas pedras do horizonte.
Eu atravesso a ponte e sou o rio.
A canoa que passa. Sou os remos.
(Jamais deixei de ser a travessia.)
E o mundo com seus muros se espalha
entre as águas redondas e entre as sombras.

(Lêdo Ivo. *O rumor da noite*)

Assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, o nome correto da figura de linguagem empregada no verso citado.

- (A) “Eu atravesso a ponte e sou o rio.” (eufemismo).
- (B) “A água feminina canta e dança” (personificação).
- (C) “E o mundo com seus muros se espalha” (pleonasmos).
- (D) “e derrama a nudez da claridade” (gradação).
- (E) “(Jamais deixei de ser a travessia.)” (antítese).

ATUALIDADES

11. Depois de dois anos e sete meses de investigações, a Comissão Nacional da Verdade entrega seu relatório à presidente Dilma Rousseff nesta quarta-feira, em audiência no Palácio do Planalto, com a presença dos seis integrantes da CNV. A data de entrega, que coincide com o Dia Mundial dos Direitos Humanos, é considerada de grande importância por trazer à luz informações coletadas sobre o período mais duro e obscuro da história recente do país.

(O Globo, 10.12.14. Disponível em: <http://goo.gl/H1xfmm>. Adaptado)

Entre as recomendações desse relatório, está a

- (A) observação de que o governo federal deve dar prosseguimento à política de conciliação nacional, limitando a anistia e indenização àqueles que não cometeram crimes de sangue.
- (B) proposta de que as Forças Armadas mantenham a comemoração do aniversário do golpe de 1964, desde que passem a fazer menção aos desaparecidos políticos.
- (C) defesa da manutenção da Lei de Segurança Nacional, promulgada na ditadura, que contribui até os dias de hoje para a garantia da segurança pública.
- (D) sugestão de que os agentes do Estado envolvidos com episódios de tortura, assassinatos e outros abusos sejam investigados, processados e punidos.
- (E) orientação para que o governo federal declare que o Brasil é um país livre da tortura desde 1985, quando teve fim a ditadura militar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PENAL

12. O Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou nesta sexta-feira (26) em Genebra, na Suíça, uma resolução que condena os chamados “fundos abutres” e determina a investigação de suas atividades. A resolução foi promovida pela Argentina, que mantém uma batalha legal com fundos especulativos detentores de títulos da dívida pública do país. “Os fundos abutres não vão parar até colocarmos um freio neles”, disse o chanceler argentino, Héctor Timerman, ao defender a resolução, que foi aprovada por 33 votos a favor, cinco contra e nove abstenções, conforme informou a agência France Presse.

(G1, 26.09.14. Disponível em: <http://goo.gl/9eVmg8>. Adaptado)

Em relação à Argentina, os chamados “fundos abutres”

- (A) aceitaram renegociar a dívida argentina, mas a um custo muito alto, praticando uma relação econômica abusiva com o país sul-americano.
- (B) obrigaram o governo argentino a decretar moratória, colocando o país sul-americano em situação de falência, sem recursos para financiar as despesas públicas.
- (C) exigiram do governo dos EUA que considerasse a Argentina um país falido, o que lhes permitiria resgatar judicialmente os valores devidos.
- (D) impuseram ao país a desvalorização do peso em relação ao dólar, para que as reservas argentinas no exterior contribuíssem para o pagamento de sua dívida.
- (E) bloquearam na Justiça dos EUA os valores que seriam utilizados no pagamento dos credores que aceitaram a proposta de renegociação da dívida argentina.

13. A epidemia de ebola na África Ocidental já matou mais de 2400 pessoas, de um total de 4784 casos, segundo um balanço anunciado nesta sexta-feira (12 de setembro) pela diretora da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Chan. “No dia 12 de setembro, há 4784 casos” e “mais de 2400 mortos”, declarou Chan, em uma coletiva de imprensa na sede da OMS, em Genebra, de acordo com a AFP. O balanço anterior publicado na terça-feira pela OMS informava sobre 2300 mortos de um total de 4293 casos em toda a África Ocidental. “Nos três países mais afetados”, o número de casos “aumenta mais rápido que a capacidade para tratá-los”, advertiu nesta sexta-feira Margaret Chan, que pede uma maior mobilização da comunidade internacional.

(G1, 12.09.14. Disponível em: <http://goo.gl/ZxY1OT>. Adaptado)

No contexto apresentado, os três países mais afetados pela doença foram

- (A) Guiné, Libéria e Serra Leoa.
- (B) Costa do Marfim, Gana e Camarões.
- (C) Angola, Moçambique e Argélia.
- (D) Marrocos, Tunísia e Líbia.
- (E) Congo, Cabo Verde e Nigéria.

14. Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar que

- (A) em relação ao tempo do crime, o Código Penal, no artigo 4º, adotou a teoria da ubiquidade.
- (B) para os crimes permanentes, aplica-se a lei nova, ainda que mais severa, pois é considerado tempo do crime todo o período em que se desenvolver a atividade criminosa.
- (C) em relação ao lugar do crime, o Código Penal, no artigo 6º, adotou a teoria da atividade.
- (D) a nova lei, que deixa de considerar criminoso determinado fato, cessa, em favor do agente, todos os efeitos penais e civis.
- (E) o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica é absoluto, previsto constitucionalmente, sobrepondo-se até mesmo à ultratividade das leis excepcionais ou temporárias.

15. Assinale a alternativa correta a respeito da imputabilidade penal.

- (A) Comprovada a doença mental ou o desenvolvimento mental incompleto ou retardado, o agente será considerado inimputável para os efeitos legais.
- (B) Aos inimputáveis e aos semi-imputáveis, comprovada essa condição por perícia médica, será substituída a pena por medida de segurança consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
- (C) A imputabilidade é um dos elementos da culpabilidade, ao lado da potencial consciência sobre a ilicitude do fato e a exigibilidade de conduta diversa.
- (D) A imputabilidade, de acordo com o Código Penal, pode se dar por doença mental, imaturidade natural ou embriaguez do agente.
- (E) A emoção e a paixão, além de não afastarem a imputabilidade penal do agente, podem ser consideradas como circunstâncias agravantes no momento da fixação da pena.

16. A Lei nº 8.072/90 (crimes hediondos)

- (A) define no seu artigo 1º os crimes considerados hediondos, todos previstos no Código Penal, sem prejuízo, contudo, de outros delitos considerados hediondos pela Legislação Penal Especial.
- (B) não permite a interposição de apelação antes do recolhimento do condenado à prisão, em razão do disposto no seu artigo 2º, § 1º (a pena será cumprida em regime inicial fechado).
- (C) prevê progressão de regime para os condenados pela prática de crime hediondo após o cumprimento de 1/6 da pena se o apenado for primário e 2/5 se for reincidente.
- (D) traz no rol do seu art. 1º o crime de roubo impróprio (art. 157, § 1º, CP), o roubo circunstanciado (art. 157, § 2º, I, II, III, IV e V, CP) e o roubo qualificado pelo resultado (art. 157, § 3º, CP).
- (E) estabelece o prazo de 30 (trinta) dias (podendo ser prorrogado por mais 30 dias) da prisão temporária decretada nas investigações pela prática de crime hediondo.

17. Sobre as espécies de pena e regime previstos no Código Penal, tem-se que:

- (A) os condenados por crime hediondo, em razão do princípio da igualdade, iniciarão o cumprimento da pena de acordo com as disposições do parágrafo 2º, do artigo 33, do Código Penal.
- (B) as penas de reclusão e detenção podem ter cumprimento iniciado no regime aberto, semiaberto e fechado, conforme o caso.
- (C) para a determinação do regime inicial de cumprimento, devem ser considerados os critérios previstos no artigo 59, do Código Penal.
- (D) tem o condenado o direito de não ter agravado o seu regime de pena (regressão), podendo, no máximo, ter indeferida a sua progressão de regime.
- (E) se condenado ao cumprimento de pena maior que 4 anos e menor que 8 anos, tem direito o réu, em qualquer hipótese, de iniciá-la no regime semiaberto.

18. As penas privativas de liberdade serão substituídas por penas restritivas de direito, observando que

- (A) nos crimes de lesão corporal, concordando a vítima e desde que preenchidos os demais requisitos do artigo 44, do Código Penal, a pena corporal poderá ser substituída por pena restritiva de direitos.
- (B) a conversão da pena corporal em prestação de serviços à comunidade ou à entidades públicas somente poderá ocorrer nas condenações superiores a seis meses de privação de liberdade.
- (C) ao condenado reincidente, em nenhuma hipótese, poderá a pena corporal ser substituída por penas restritivas de direitos.
- (D) a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à entidade pública ou privada, com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 01 salário-mínimo e nem superior a 360 salários-mínimos, vedando-se, contudo, o pagamento à vítima, que deverá buscar reparação civil pelos seus prejuízos acaso suportados.
- (E) nas condenações superiores a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por duas penas restritivas de direito, vedando-se a conversão por multa.

19. No momento da fixação da pena, deverá o juiz

- (A) relegar a fixação do regime inicial da pena, depois de fixado o seu *quantum*, para o juiz da execução, a quem compete fiscalizá-la.
- (B) remeter os autos à Fazenda Pública para cálculo, fixação e cobrança da pena de multa, posto tratar-se de dívida de valor.
- (C) seguir o critério trifásico da aplicação da pena que é dividido em: pena base, circunstâncias atenuantes e agravantes e qualificadoras do delito.
- (D) considerar a menoridade relativa do agente na segunda fase do cálculo da pena (circunstâncias atenuantes e agravantes).
- (E) considerar a reincidência do agente na primeira fase do cálculo, no momento da análise dos seus antecedentes.

20. Sobre o concurso de agentes, assinale a alternativa correta.
- (A) O Código Penal adotou a Teoria Dualista para o concurso de agentes.
 - (B) Para a punição do autor, coautor e partícipe é necessário que pratique, cada qual, o núcleo do tipo.
 - (C) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal se comunicam entre os agentes.
 - (D) Exige como requisitos a pluralidade de agentes e de condutas, relevância causal de cada conduta, liame subjetivo entre os agentes e identidade de infração penal.
 - (E) Pode funcionar também como qualificadora de alguns delitos e, ainda, agravantes genéricas em outros.
21. Sobre as causas de extinção de punibilidade, pode-se afirmar que
- (A) o perdão judicial, previsto no inciso IX, art. 107, CP, não se dirige a toda e qualquer infração penal, mas apenas àquelas previamente determinadas pela lei, embora se admita a analogia *in bonam partem*.
 - (B) a hipótese do inciso V, art. 107, CP, que trata do perdão nas ações privadas, não está condicionada à aceitação da vítima.
 - (C) a perempção, prevista no inciso IV, art. 107, CP, é instituto jurídico mediante o qual a vítima ou seu representante, perde o direito de queixa ou de representação em virtude da inércia.
 - (D) a extinção da punibilidade poderá ser reconhecida desde o início das investigações até a sentença penal condenatória ainda não transitada em julgado.
 - (E) o rol constante do artigo 107, do Código Penal, é taxativo.
22. Sobre o feminicídio, introduzido no Código Penal pela Lei nº 13.104/2015, assinale a alternativa correta.
- (A) Foi introduzido como um novo crime no Código Penal, incidindo sempre que mulheres figurarem como vítimas de homicídio tentado ou consumado.
 - (B) Trata-se de mais uma hipótese de homicídio simples, mas que terá sua pena aumentada em 1/3 pelo fato da vítima ser mulher.
 - (C) Não foi incluído no rol dos crimes hediondos, considerando as graves consequências já estabelecidas nas causas de aumento do § 7º do artigo 121, CP.
 - (D) Acrescentou uma hipótese de homicídio qualificado no § 2º do artigo 121, CP.
 - (E) Estabeleceu uma modalidade de homicídio qualificado, mas manteve as penas do homicídio simples, considerando as causas de aumento previstas no § 7º do artigo 121, CP.
23. Aproveitando-se da porta que estava apenas encostada, Pedro ingressou sozinho e durante o dia na residência de José, sabendo que no local não havia ninguém, subtraindo dali dois relógios de pulso que depois se apurou estarem quebrados. Assinale a alternativa correta a respeito da conduta de Pedro.
- (A) Praticou o crime de furto qualificado pela destreza, já que se aproveitou de um momento em que a casa estava vazia para ali ingressar (artigo 155, § 4º, inciso II, CP).
 - (B) Caso Pedro seja primário, e os relógios, ainda que quebrados, forem de pequeno valor, poderá ser condenado por furto privilegiado (art. 155, § 2º, CP).
 - (C) Pedro praticou o crime de furto e, em razão de ter ingressado em residência alheia, não poderá ser beneficiado com a substituição da pena corporal por restritiva de direitos, nos termos do artigo 44, III, CP (a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicam que esta substituição seja suficiente).
 - (D) Praticou o crime de invasão de domicílio, previsto no artigo 150, do Código Penal.
 - (E) Caso condenado por furto, Pedro poderá ter diminuição da sua pena, desde que fique comprovado que praticou furto famélico (procurava algo que pudesse vender para comprar alimento).
24. Antônia caminhava pela via pública, quando João se aproximou dela e puxou a bolsa que levava nas mãos. Inconformada, a vítima correu atrás de João, exigindo que lhe devolvesse a bolsa, quando então ele desferiu um soco contra o rosto de Antônia, que, em razão disso, caiu ao solo, permitindo a fuga de João. Populares escutaram os gritos de socorro da vítima, perseguiram João, conseguindo detê-lo até a chegada da polícia. A vítima, que teve sua bolsa recuperada, foi socorrida em razão dos ferimentos provocados por João, medicada e em seguida liberada (lesões não graves). Sobre a conduta de João, é correto afirmar que
- (A) praticou o crime de furto qualificado, considerando que João subtraiu a bolsa das mãos da vítima sem violência ou ameaça.
 - (B) praticou o crime de latrocínio, em razão das lesões corporais provocadas na vítima.
 - (C) praticou o crime de roubo impróprio.
 - (D) praticou o crime de lesão corporal, considerando que a bolsa foi recuperada logo em seguida.
 - (E) praticou o crime de roubo próprio.

- 25.** Josefa teve acesso a arquivos comprovando infidelidade conjugal por parte de Mário, que vendeu um dos seus computadores sem apagar seus arquivos pessoais. Ciente disso, e sabendo que Mário era casado, Josefa entrou em contato com ele, por telefone, marcando encontro, no qual ele deveria repassar a ela o valor de R\$ 10.000,00 para que não mostrasse aqueles arquivos para a mulher dele. No dia do encontro, Mário compareceu com o dinheiro, e a polícia, que foi avisada por ele, tão logo Josefa guardou o dinheiro na bolsa, deu a ela voz de prisão em flagrante. A respeito deste episódio, Josefa
- (A) cometeu o crime de furto dos arquivos de Mário (art. 155, CP), uma vez que a posse legítima do computador não levou à posse legítima dos arquivos pessoais que estavam nele, em concurso material com extorsão (art. 158, CP).
 - (B) cometeu o crime de ameaça, previsto no artigo 147, CP.
 - (C) não cometeu qualquer crime, considerando que os arquivos do computador vendido por Mário chegaram em suas mãos por descuido dele, que não os apagou quando vendeu o equipamento.
 - (D) cometeu o crime de roubo tentado, considerando que para obter o valor de R\$ 10.000,00 usou de ameaça contra Mário (ameaçava mostrar os arquivos para a mulher dele).
 - (E) cometeu o crime de extorsão, previsto no artigo 158, CP.
- 26.** Em relação aos crimes praticados contra a fé pública, assinale a alternativa correta.
- (A) O crime de falso atestado médico, previsto no artigo 302, do CP, admite tanto a forma dolosa quanto a forma culposa.
 - (B) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra (art. 300, CP), por ser crime próprio, não admite coautoria ou participação.
 - (C) A falsidade material consistente na omissão de declaração que deveria constar no documento público ou particular ou na inserção (direta ou indireta) de declaração falsa ou diversa da que deveria ser nele escrita.
 - (D) Os delitos de falso se consumam independentemente do resultado (prejuízo).
 - (E) Os testamentos particulares inserem-se no conceito de documento particular para fins de falsificação (art. 298, CP).
- 27.** Nos crimes contra a Administração Pública,
- (A) o crime de peculato doloso (artigo 312, CP) divide-se em peculato-apropriação, peculato-desvio e peculato-furto.
 - (B) o funcionário público que exige tributo ou contribuição social, que sabe ou deveria saber indevido, comete crime de concussão (art. 316, CP).
 - (C) o funcionário que deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente comete crime de prevaricação (art. 319, CP).
 - (D) o crime de corrupção passiva se consuma no momento em que o funcionário público, em consequência da promessa ou vantagem recebida, retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional (art. 317, CP).
 - (E) o crime de coação no curso do processo (art. 344, CP) se configura quando, na modalidade “violência”, resultar lesão corporal no coacto.
- 28.** Assinale a alternativa correta sobre os crimes praticados pelo particular contra a Administração em geral.
- (A) O crime de resistência previsto no artigo 329 do CP tem sua pena aplicada sem prejuízo da pena correspondente à violência grave.
 - (B) O delito de desobediência, previsto no artigo 330, CP, é crime comum, tendo como sujeito ativo qualquer pessoa, com exceção do funcionário público, que mesmo quando não está no exercício da função, não perde essa condição para efeitos penais.
 - (C) O crime de falso testemunho ou falsa perícia (art. 342, CP) admite retratação do agente que poderá ser manifestada em qualquer instância e grau de jurisdição, ocasionando a extinção da punibilidade.
 - (D) O delito de desacato (art. 331, CP), dado o objeto material (o funcionário público e sua honra), tem como sujeito passivo apenas o funcionário público humilhado.
 - (E) O crime de coação no curso do processo (art. 344, CP) não admite violência, mas apenas ameaça por parte do agente, que busca favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial, administrativo ou em juízo arbitral.

29. De acordo com o princípio da presunção de inocência, previsto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, explícito no processo penal,

- (A) iniciada a ação penal e feita a citação, o réu não é obrigado a comparecer em Juízo e se autoacusar, mas, comparecendo, não tem direito ao silêncio.
- (B) em caso de dúvida, por aplicação do princípio da prevalência do interesse da sociedade (*in dubio pro societate*), condena-se o acusado.
- (C) o ônus da prova de inocência cabe à defesa, após recebimento da denúncia ou queixa-crime e consequente início da ação penal.
- (D) surge como sua decorrência lógica, a indispensabilidade da medida cautelar extrema, de prisão, ainda que desnecessária à instrução e à ordem pública.
- (E) presume-se inocente o acusado até pronunciamento de culpa, por sentença condenatória, transitada em julgado.

30. O arquivamento de Inquérito Policial ocorre

- (A) por ordem do chefe de Polícia, dado o seu caráter administrativo.
- (B) por ordem da autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia.
- (C) mediante requisição do Ministério Público, à autoridade policial, por falta de justa causa para a ação penal.
- (D) pela autoridade policial, a pedido do curador especial nomeado para o inidiciado, noticiada a sua inimpugnabilidade penal.
- (E) por ordem da autoridade policial, constatada a ausência de indícios de autoria delitiva.

31. Para delimitação de competência, entende-se por foro supletivo ou foro subsidiário, previsto no artigo 72, *caput*, do Código de Processo Penal,

- (A) o do juízo prevento, na infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições.
- (B) o do lugar da infração à qual cominada pena mais grave.
- (C) o de domicílio ou residência do réu, porque desconhecido o lugar da infração penal.
- (D) o da residência da vítima, porque desconhecidos o paradeiro do réu, o local da consumação do delito e, na tentativa, o lugar em que praticado o último ato de execução.
- (E) o do juízo da distribuição, porque desconhecidos o paradeiro do réu, o local da consumação do delito e, na tentativa, o lugar em que praticado o último ato de execução.

32. Nos termos do artigo 149, *caput*, do Código de Processo Penal, quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz

- (A) ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, o arquivamento da ação penal, dispensável o exame médico-legal, ante o disposto no artigo 18 do mesmo diploma legal.
- (B) ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.
- (C) ordenará a soltura do acusado, se estiver preso, para comparecimento em manicômio judiciário, onde será submetido a exame médico-legal.
- (D) ordenará, a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.
- (E) designará data para interrogatório, ocasião em que determinará o arquivamento da ação penal, condicionado a parecer médico-legal de inimpugnabilidade mental.

33. Assinale a alternativa correta quanto ao depoimento de testemunha por carta precatória, disciplinado pelo artigo 222 do Código de Processo Penal.

- (A) Há vedação legal à colheita do depoimento testemunhal deprecado, por meio de videoconferência.
- (B) A expedição da carta precatória suspende a instrução criminal.
- (C) Se intimada, por carta precatória, a testemunha que morar fora da jurisdição do juiz, deverá comparecer para sua oitiva, pelo Juízo Deprecante, sob pena de condução coercitiva.
- (D) Anotado prazo razoável para o cumprimento, o seu decurso permite a realização do julgamento, mas, a todo tempo, a carta precatória, uma vez devolvida, será junta aos autos.
- (E) Desnecessária a intimação das partes, da expedição da carta precatória, por se tratar de ato ordinatório.

34. Em crime de ação penal pública, membro do Ministério Público, com fundamento no artigo 16 do Código de Processo Penal, formulou pedido de retorno do inquérito policial, para realização de diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, concretizado, após, pelo mesmo Promotor de Justiça. Revela-se, assim:
- (A) a suspeição do Promotor de Justiça, porque, como sujeito e parte na relação processual, já teve contato com a prova, impondo-se, pela aplicação dos princípios da unidade e da indivisibilidade do Ministério Público, o oferecimento da denúncia por outro membro.
 - (B) uma situação regular, desde que declinada, na cota de oferecimento, pelo membro do Ministério Público, que não há motivo que ensejaria declaração de suspeição, *ex officio*, por contato direto com a prova, na primeira fase da persecução penal.
 - (C) uma situação regular, desde que designado, pelo Procurador Geral de Justiça, o mesmo Promotor de Justiça que participou da fase investigatória criminal, para o oferecimento de denúncia, por inteligência do artigo 258 do Código de Processo Penal.
 - (D) o impedimento do Promotor de Justiça que participou da fase investigatória criminal, ainda que esta tenha sido conduzida por autoridade policial, para oferecimento da denúncia, nos termos do artigo 258 do Código de Processo Penal, que estabelece como uma de suas hipóteses, a atuação nas duas fases da persecução penal.
 - (E) uma situação regular, porque a participação de membro do Ministério Público, na fase investigatória criminal, não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento de denúncia.
35. A prisão em flagrante, cautelar, realiza-se
- (A) sem necessidade de avaliação posterior por autoridade judiciária, porque pode ser relaxada, a qualquer tempo, pela autoridade policial.
 - (B) diante de aparente tipicidade (*fumus boni juris*), mas confirmados ilicitude e culpabilidade.
 - (C) no momento em que está ocorrendo ou termina de ocorrer o crime.
 - (D) mediante expedição de mandado de prisão pela autoridade judiciária.
 - (E) única e tão somente pela polícia judiciária.
36. Greice, vítima de delito previsto no artigo 147 do Código Penal, com pena máxima de 6 (seis) meses de detenção, formulou pedido de concessão de medidas protetivas de afastamento e proibição de contato, previstas no artigo 22, incisos II e III, da Lei nº 11.340/06, deferidas judicialmente. Noticiado o descumprimento das medidas protetivas, o ofensor Emerson, primário, foi preso em flagrante delito, quando, em novo episódio de violência doméstica e familiar, ameaçava Greice de morte, após tê-la agredido fisicamente, com emprego de uma faca, causando-lhe lesões de natureza leve. Ao receber o auto de prisão em flagrante, nos termos dos artigos 310 e seguintes do Código de Processo Penal, o juiz
- (A) converterá a prisão em flagrante em preventiva porque: a) presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal; b) insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão e; c) adequada a cautelar extrema para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, descumpridas, em crime envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal.
 - (B) relaxará o flagrante, pela ilegalidade da prisão, vez que o descumprimento de medidas protetivas enseja, tão somente, reparação civil.
 - (C) concederá liberdade provisória, porque o indiciado é primário, sem notícia de condenação por crime doloso, por sentença transitada em julgado, ante a exigência do artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal, única aplicável à Lei Maria da Penha.
 - (D) concederá liberdade provisória, porque as penas máximas cominadas aos delitos de ameaça e lesão corporal leve afastam a adequação da prisão preventiva, ante a exigência do artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal, única aplicável à Lei Maria da Penha.
 - (E) ouvirá o Ministério Público, em 24 horas, nos termos do disposto no artigo 25 da Lei nº 11.340/06, sob pena de nulidade absoluta e relaxamento do flagrante.

37. Consoante atual redação do artigo 323 do Código de Processo Penal, “*não será concedida fiança*”, tão somente:
- (A) I. nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares; II. nos crimes contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; III. nos crimes cometidos contra a honra do Presidente da República.
 - (B) I. nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como hediondos; II. nos crimes de racismo; III. nos crimes de lavagem de dinheiro.
 - (C) I. nos crimes de racismo; II. nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como hediondos; III. nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo e pessoa com deficiência.
 - (D) I. nos crimes de racismo; II. nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como hediondos; III. nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
 - (E) I. nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como hediondos; II. nos crimes de racismo; III. nos crimes cometidos por reincidentes em crimes dolosos.
38. Nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado:
- (A) ficará suspenso o processo, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do artigo 312.
 - (B) ficarão suspensos o processo e o curso prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do artigo 312.
 - (C) será determinada vista ao Ministério Público, sob pena de nulidade absoluta.
 - (D) os autos permanecerão arquivados em Cartório, por período de 180 (cento e oitenta) dias, para renovação de diligências de localização, pela imprescindibilidade da citação pessoal no processo penal.
 - (E) será determinada vista à Defensoria Pública, para oferecimento de resposta, em respeito ao princípio da ampla defesa.
39. Getúlio foi denunciado pela prática do delito de furto simples, descrito pelo artigo 155, *caput*, do Código Penal, e, encerrada a instrução, após confissão e oitiva de testemunhas presenciais do fato, restou demonstrado que ele agiu em concurso com Diocleciano, que fugiu na posse dos bens subtraídos da vítima. Assim, por prova existente nos autos, comprovou-se circunstância qualificadora, descrita pelo § 4º, inciso IV, do precitado dispositivo legal, não descrita na denúncia, e, portanto, deve o Ministério Público, nos termos do artigo 384, *caput*, do Código de Processo Penal (*mutatio libelli*):
- (A) aditar a denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.
 - (B) oferecer alegações finais, com pedido de absolvição do réu, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, porque não comprovados os fatos, como narrados na denúncia.
 - (C) requerer o encaminhamento dos autos ao Procurador Geral de Justiça, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, porque precluso o momento para formação da *opinio delicti*.
 - (D) oferecer alegações finais, com pedido de condenação do réu, pela prática do delito descrito no artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, diante da confissão espontânea do réu, corroborada pelos depoimentos testemunhais, ante o disposto no artigo 197 do Código de Processo Penal.
 - (E) requerer a conversão do julgamento em diligência, com vistas à localização de Diocleciano, para que seja indiciado, e, posteriormente, denunciado, diante do princípio da indivisibilidade da ação penal.
40. Com relação ao desaforamento de processo de competência do Tribunal do Júri, previsto nos artigos 427 e 428 do Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) ofende aos princípios do juiz e promotor natural e, portanto, não foi recepcionado pela Constituição Federal.
 - (B) ocorre em duas hipóteses taxativas: 1. se o interesse da ordem pública o reclamar e 2. se houver dúvida quanto à imparcialidade do júri.
 - (C) pode ser requerido, exclusivamente, pelo Ministério Público.
 - (D) constitui decisão que altera competência fixada pelos critérios do artigo 69 do Código de Processo Penal.
 - (E) não lhe pode ser atribuído efeito suspensivo, ainda que em caráter excepcional.

41. O prazo da Apelação, nas hipóteses previstas no artigo 593 do Código de Processo Penal, é de
- (A) 2 (dois) dias.
 - (B) 15 (quinze) dias.
 - (C) 5 (cinco) dias.
 - (D) 10 (dez) dias.
 - (E) 24 (vinte e quatro) horas.
42. Sobre o benefício da remição, disciplinado pelos artigos 126 a 130 da Lei de Execução Penal e que permite o desconto do tempo de pena privativa de liberdade pelo trabalho ou estudo, assinale a alternativa correta.
- (A) Restringe-se ao condenado que cumpre regime fechado.
 - (B) Se interrompido o trabalho ou estudo, por acidente incapacitante, cessa o direito à remição.
 - (C) São inacumuláveis horas diárias de trabalho e de estudo, para fins de remição.
 - (D) A remição é declarada pelo juiz da execução, dispensada a oitiva da defesa e do Ministério Público.
 - (E) Ocorre na proporção de três dias de trabalho ou de estudo por um dia de pena.
43. Diz o artigo 76, *caput*, da Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais) que *“Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta”*.
- Não se admitirá a proposta, nos termos do § 2º, se ficar comprovado:
- (A) ter sido o agente beneficiado, anteriormente, no prazo de 10 (dez) anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa.
 - (B) ter o agente descumprido condições de suspensão condicional do processo.
 - (C) não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.
 - (D) não tiver sido realizada a composição civil dos danos.
 - (E) ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime ou contravenção penal, à pena privativa de liberdade ou restritivas de direitos, por sentença definitiva.

44. Acerca dos direitos básicos do consumidor, afirma-se que
- (A) há possibilidade de modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos surgidos antes da formação do contrato e que as tornem iníquas.
 - (B) a educação e a divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços configuram um desses direitos, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
 - (C) eles não excluem outros que derivem de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, dispensando-se aqueles resultantes dos costumes e equidade.
 - (D) a informação adequada sobre os diferentes produtos deve ser clara quanto à especificação das características e qualidade, sem a menção a tributos incidentes e preço.
 - (E) tendo mais de um autor a ofensa, responderá pela reparação do dano aquele que a ele deu causa, culposamente.
45. As práticas comerciais referentes à oferta, nas relações de consumo, estabelecem que
- (A) na hipótese de oferta ou venda por telefone, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, sendo despidianda a menção a outros impressos utilizados na transação comercial.
 - (B) os fabricantes e os importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição, ainda que cessada a fabricação do produto, por período indeterminado.
 - (C) a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas e claras e, no caso de produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão facultativamente gravadas de forma indelével.
 - (D) é proibida a publicação de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.
 - (E) o fornecedor do produto ou serviço tem responsabilidade subsidiária pelos atos praticados por seus representantes autônomos.

46. Assinale a alternativa que se coaduna com os princípios da Política Nacional das Relações de Consumo, dentre outros.
- (A) Educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
 - (B) Operacionalização de estratégias voltadas à eficiência dos serviços públicos e privados.
 - (C) Ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor por iniciativa indireta e primária.
 - (D) Respeito à dignidade do consumidor, saúde e realidade setorial-econômica.
 - (E) Compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento social e cultural, para viabilização dos princípios referentes à ordem econômica.
47. Assinale a alternativa correta, na temática da desconsideração da personalidade jurídica nas relações de consumo.
- (A) As sociedades coligadas têm responsabilidade objetiva.
 - (B) As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações derivadas das relações de consumo.
 - (C) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica quando sua personalidade for impedimento à efetivação dos direitos dos consumidores, sujeita a avaliação dos órgãos de defesa do consumidor.
 - (D) As sociedades integrantes dos grupos societários são responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes das relações de consumo.
 - (E) Será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
48. Sobre as sanções administrativas aplicáveis às infrações das normas de defesa do consumidor, é correto afirmar que
- (A) a pendência de ação judicial, na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não obsta a ocorrência de reincidência até o trânsito em julgado da sentença.
 - (B) a pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselhem a cassação de licença, a interdição ou a suspensão de atividade.
 - (C) a multa será imposta em montante nunca inferior a trezentos e não superior a quatro milhões de vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional.
 - (D) poderão ser aplicadas cumulativamente, afastada a medida cautelar incidental de procedimento administrativo.
 - (E) a pena de multa, graduada de acordo com a natureza da infração, será aplicada mediante procedimento judicial, com reversão dos valores para os fundos nacionais de compensação pecuniária do consumidor e equiparados.
49. O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ), ou órgão federal que venha substituí-lo, é o organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe
- (A) requisitar ao Ministério Público documentos e peças importantes para fins de adoção de medidas administrativas.
 - (B) coordenar, elaborar e rever as regras da política estadual de proteção ao consumidor.
 - (C) incentivar a formação de entidades de defesa do consumidor pela população, vedada a participação de recursos financeiros.
 - (D) informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação.
 - (E) instaurar inquérito policial para apreciação de delito contra os consumidores, nos termos de sua atuação.

50. A Política Nacional do Meio Ambiente visará

- (A) a definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses municipais.
- (B) o uso de tecnologias mitigadoras no manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais quando autorizadas por lei.
- (C) a orientação somente das atividades empresariais públicas que serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.
- (D) ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- (E) o fomento do desenvolvimento econômico, com observância nos casos estabelecidos em lei complementar, da preservação da qualidade do meio ambiente.

51. Assinale a alternativa com o instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que prevê uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e que possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão.

- (A) O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
- (B) O licenciamento.
- (C) O zoneamento ambiental.
- (D) A avaliação de impactos ambientais.
- (E) Os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental.

52. Princípio, como esclarece Celso Antônio Bandeira de Mello, é o mandamento nuclear de um determinado sistema, é o alicerce do sistema jurídico, é aquela disposição fundamental que influencia e repercute sobre todas as demais normas do sistema. Pode-se indicar como princípio ambiental, que objetiva capacitar a comunidade para a participação ativa na defesa do meio ambiente, o princípio da

- (A) educação ambiental.
- (B) prevenção de danos e degradações ambientais.
- (C) função social e ambiental da propriedade.
- (D) garantia do desenvolvimento econômico e social ecologicamente sustentado.
- (E) disponibilidade do interesse público e particular na proteção do meio ambiente.

53. Em relação à Ação Civil Pública, é correto afirmar que

- (A) admitir-se-á o litisconsórcio necessário entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida essa lei.
- (B) as associações não são legitimadas a promover a Ação Civil.
- (C) visa também prevenir e reparar danos morais e patrimoniais causados ao patrimônio público e social.
- (D) a ação será proposta no foro do réu, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- (E) é um importantíssimo instrumento de defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais.

54. O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Nesse aspecto,

- (A) nos veículos de transporte coletivo, serão reservados 20% (vinte por cento) dos assentos para os idosos, sem necessidade de identificar com a placa de reservado preferencialmente para idosos, para evitar constrangimentos.
- (B) a garantia de prioridade ao idoso compreende, dentre outros, o atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
- (C) compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo somente as medidas judiciais.
- (D) a família ou o poder público têm obrigação de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- (E) é assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do SUS, o que autoriza a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

55. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou à correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores a
- (A) indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, comprovada a existência de culpa.
 - (B) responsabilização somente na esfera penal.
 - (C) restrição de participação em licitações relacionadas a atividade danosa.
 - (D) multa, que poderá ser cobrada, de forma concomitante, pela União, Estados e Municípios.
 - (E) perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

DIREITO CIVIL

56. No que diz respeito à deserdação dos descendentes por seus ascendentes, assinale a alternativa correta.
- (A) As causas de deserdação são exemplificativas, podendo o testador ter razões particulares para excluir o herdeiro.
 - (B) O direito de provar a causa da deserdação extingue-se no prazo de quatro anos, a contar da data da abertura da sucessão.
 - (C) Valerá a deserdação feita pelo autor da herança, em documento particular outro, que não o testamento, desde que reconhecido pelos demais herdeiros.
 - (D) A deserdação pode ser ordenada em testamento, sem a indicação dos motivos.
 - (E) Ao herdeiro instituído, ou àquele a quem aproveite a deserdação, incumbe provar a veracidade da causa alegada pelo testador.
57. É nulo o casamento contraído
- (A) pelo incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
 - (B) por infringência de impedimento legal.
 - (C) por incompetência da autoridade celebrante.
 - (D) por quem não completou a idade mínima para casar.
 - (E) pelo menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.

58. Em relação à filiação e à demonstração de parentesco, assinale a alternativa correta.
- (A) Basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.
 - (B) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, não ilide a presunção da paternidade.
 - (C) Não basta a confissão materna para excluir a paternidade.
 - (D) Qualquer pessoa pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento.
 - (E) Prescreve em quatro anos o direito do marido de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher.
59. A respeito do parcelamento do solo urbano e do registro do loteamento, é correto afirmar:
- (A) o processo de loteamento e os contratos depositados em Cartório poderão ser examinados desde que haja autorização judicial.
 - (B) após o registro não poderá mais haver seu cancelamento, exceto por decisão judicial transitada em julgado.
 - (C) aprovado o projeto de loteamento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário de imediato, sob pena de não mais fazê-lo.
 - (D) desde a data de registro, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças constantes do projeto e do memorial descritivo.
 - (E) o Ministério Público será ouvido em qualquer caso em que houver pedido de registro de loteamento.
60. Havendo a extinção de uma fundação de direito privado, seu patrimônio será
- (A) incorporado a outra fundação, designada por juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto.
 - (B) vendido, e o que remanescer do seu patrimônio será devolvido à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.
 - (C) vendido, e o valor apurado será rateado entre seus colaboradores, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto.
 - (D) incorporado ao patrimônio do Ministério Público estadual, para a obtenção de recursos para a fiscalização de outras fundações.
 - (E) destinado à entidade de fins não econômicos, designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

61. Quanto à obrigação de pagar alimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a manutenção dos filhos, contribuirá apenas o cônjuge que não estiver com a sua guarda.
- (B) O cônjuge considerado culpado em separação litigiosa não terá direito a alimentos, ainda que o necessitar.
- (C) Pode o credor renunciar ao direito a alimentos, sendo o respectivo crédito passível de compensação.
- (D) O novo casamento do cônjuge devedor acarreta a diminuição da obrigação constante da sentença de divórcio.
- (E) Com o casamento, a união estável ou o concubinato do credor cessa o dever de prestar alimentos.

62. A respeito da decadência, assinale a alternativa correta.

- (A) Não corre a decadência contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
- (B) Em qualquer caso pode ser interrompida ou suspensa.
- (C) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a decadência antes da respectiva sentença definitiva.
- (D) Não pode ser reconhecida de ofício, quando convencional.
- (E) Fixada em lei, pode ser renunciada pela parte a quem aproveita.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

63. Quanto ao procedimento de busca e apreensão, assinale a alternativa correta.

- (A) Caberá quanto a coisas, mas não para pessoas.
- (B) O mandado será cumprido por dois oficiais de justiça.
- (C) Por sua natureza, nenhum ato acontecerá em segredo de justiça.
- (D) A coisa procurada não precisará estar descrita no mandado, bastando a indicação da parte na diligência.
- (E) A indicação do local da diligência caberá ao oficial de justiça.

64. A respeito da curatela de interditos e da atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- (A) O órgão do Ministério Público poderá requerer a interdição no caso de anomalia psíquica do curatelado.
- (B) A sentença de interdição produz efeito desde logo, embora sujeita à apelação, desde que o procedimento tenha o Ministério Público como curador à lide.
- (C) Quando a interdição for requerida pelo órgão do Ministério Público, o juiz o nomeará como curador à lide.
- (D) Tendo a interdição sido requerida pelo Ministério Público, o interditado não terá direito a contestar o feito.
- (E) Não haverá perícia nos feitos de iniciativa do Ministério Público, porque este já se fundamenta em laudo médico.

65. Os embargos de declaração no rito ordinário serão opostos no prazo de

- (A) 5 dias em primeira instância e 10 dias em segunda instância, em petição dirigida ao juiz ou relator, não interrompendo o prazo de outros recursos para a parte contrária.
- (B) 10 dias, com preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo de outros recursos, por qualquer das partes.
- (C) 5 dias, sem preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo de outros recursos, por qualquer das partes.
- (D) 10 dias, sem preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo de outros recursos para a parte contrária.
- (E) 15 dias, com preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, não interrompendo o prazo de outros recursos para a parte contrária.

66. Considerando que o Ministério Público propôs ação para a decretação de nulidade de casamento, fundamentado no fato de que somente um dos contraentes era enfermo mental e o contraiu sem o necessário discernimento para os atos da vida civil, em relação aos cônjuges haverá

- (A) oposição, sendo ambos os demandados.
- (B) assistência, sendo ambos os demandados.
- (C) litisconsórcio necessário, sendo ambos os demandados.
- (D) chamamento ao processo, se somente um deles for demandado.
- (E) denunciação da lide, se somente um deles for demandado.

- 67.** O cancelamento unilateral de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade, sem que haja decisão judicial, viola, com maior intensidade, o(s) princípio(s)
- (A) do devido processo legal.
 - (B) da isonomia.
 - (C) da boa-fé e lealdade processual.
 - (D) do contraditório e da ampla defesa.
 - (E) da inafastabilidade do controle judicial.
- 68.** Havendo modificação de competência no curso de um processo, em razão de incompetência absoluta, os atos processuais já praticados
- (A) são ineficazes, devendo a ação prosseguir com nova citação.
 - (B) são anuláveis.
 - (C) estão automaticamente invalidados.
 - (D) podem ser ratificados pelo juízo competente.
 - (E) quando forem decisórios serão nulos.
- 69.** Considerando o ato judicial que determine o cumprimento imediato de sentença no caso de controvérsia sobre os limites da execução, assinale a alternativa correta.
- (A) É cabível agravo de instrumento contra o ato que determinou o cumprimento.
 - (B) Deve ser impugnado por meio de embargos à execução.
 - (C) Não caberá recurso algum, posto tratar-se de mero impulso processual, cumprindo a parte apenas o que for incontroverso.
 - (D) É passível de apelação, impugnando-se todo o cumprimento.
 - (E) Apenas embargos declaratórios poderão solucionar a questão.
- 70.** Nos moldes da Lei nº 9.790/99, considerando atendidos os demais requisitos legais, pode-se afirmar que são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
- (A) as fundações públicas cujo objeto seja a promoção da cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico.
 - (B) as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham por finalidade a promoção do desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza.
 - (C) as Organizações Sociais que tenham por finalidade a promoção do voluntariado.
 - (D) os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional que se dediquem à promoção da assistência social.
 - (E) as sociedades comerciais cuja finalidade seja a promoção da cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico.
- 71.** Assinale a alternativa correta a respeito da polícia administrativa.
- (A) A concessão de licença é exemplo de ato discricionário decorrente do seu exercício.
 - (B) Não pode acarretar limitações ao exercício de direitos individuais do cidadão.
 - (C) A autoexecutoriedade e a coercibilidade são dois de seus atributos.
 - (D) É atividade típica do Poder Executivo, não sendo exercida pelos demais Poderes.
 - (E) Impõe suas sanções sobre atividades individuais que caracterizem ilícitos penais e administrativos.
- 72.** Na hipótese de concessão de permissão para exploração de uma atividade, que depois venha a ser incompatível com nova lei de zoneamento, é correto afirmar que o referido ato administrativo será extinto por meio da
- (A) renúncia.
 - (B) cassação.
 - (C) revogação.
 - (D) invalidação.
 - (E) caducidade.

73. A respeito do processo e do procedimento judicial previstos, expressamente, na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), é correto afirmar que

- (A) na hipótese de a notícia do crime ser constatada nos autos do processo judicial, o juiz remeterá cópias e documentos pertinentes para o Delegado de Polícia e determinará a instauração do competente inquérito policial.
- (B) ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias deferidas ou ordenadas pelo juiz, os autos serão imediatamente remetidos à conclusão para a sentença.
- (C) qualquer pessoa tem competência para provocar, para os efeitos dessa Lei, a iniciativa do Poder Judiciário, fornecendo-lhe informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.
- (D) os crimes definidos nessa Lei são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la.
- (E) se a denúncia ao Ministério Público foi feita por comunicação verbal, o Promotor mandará o denunciante retornar posteriormente com a denúncia por escrito.

74. Considerando o que estabelece, expressamente, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), é correto afirmar que

- (A) será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- (B) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito do agente ou de particular, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (C) a sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor de Fundo gerido pelo Ministério Público.
- (D) na fixação das penas previstas na Lei de Improbidade, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, o grau de culpabilidade do agente e o proveito patrimonial obtido pelo beneficiário do delito.
- (E) no caso de enriquecimento ilícito, além de ficar sujeito à pena criminal prevista nessa Lei, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

75. A respeito da encampação nos contratos de concessão de serviço público, é correto afirmar que

- (A) é medida facultativa da concessionária.
- (B) deve ser precedida de lei autorizativa específica e de pagamento da indenização.
- (C) não é permitida por lei.
- (D) é medida impositiva do poder concedente após o término da concessão.
- (E) ocorre durante a concessão, por motivo de interesse público, sem direito à indenização.

DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

76. Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre direitos ou garantias individuais ou coletivos previstos na Constituição Federal de 1988.

- (A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por um quinto dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) Conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao consumidor, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (D) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (E) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os crimes dolosos contra a vida e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

77. No Título VIII, da Ordem Social, prevê a Constituição Federal que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, competindo ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base, dentre outros, no(s) seguinte(s) objetivo(s):
- (A) redutibilidade excepcional dos benefícios e serviços.
 - (B) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - (C) unicidade da base de financiamento.
 - (D) delegação e descentralização da prestação dos benefícios e serviços.
 - (E) seletividade da cobertura e do atendimento.
78. Tramita, atualmente, no Congresso Nacional, Proposta de Emenda Constitucional de alteração do art. 228, que passaria a vigorar com o seguinte teor: *“Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezesseis anos, sujeitos às normas da legislação especial”*. Considerando as previsões constitucionais acerca do processo legislativo e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros, seguindo para a sanção presidencial.
 - (B) o parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que considerou constitucional a Proposta de Emenda Constitucional em questão, possui caráter vinculante, impedindo que se discuta sobre a constitucionalidade da Proposta de Emenda Constitucional, caso esta venha a ser aprovada, no âmbito do Poder Judiciário.
 - (C) a Proposta de Emenda Constitucional poderá ser considerada aprovada se mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação manifestar-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, favoravelmente à aprovação da proposta.
 - (D) se a Câmara dos Deputados rejeitar a Proposta de Emenda Constitucional, poderá o Senado Federal, por iniciativa de maioria absoluta de seus membros, repropor a referida proposta, ainda que na mesma sessão legislativa.
 - (E) somente o parlamentar poderia impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir os atos praticados no processo de aprovação de tal emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo, alegando que não será objeto de deliberação Proposta de Emenda Constitucional tendente a abolir direitos e garantias individuais.
79. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que ocupou a Presidência daquela Corte, frustrou o caráter competitivo de licitação que tinha por objeto a compra de equipamentos de informática, mediante ajuste com empresa privada, no intuito de obter para si vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, consistente em recebimento de 10% do valor dos equipamentos adquiridos. Tal conduta, entre outras previsões, é crime previsto pela Lei Federal nº 8.666/93, como crime comum, de competência para julgamento do
- (A) Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
 - (B) juízo de 1ª instância do Distrito Federal.
 - (C) Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Tribunal Superior do Trabalho.
80. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspecto previsto pela Lei Federal nº 8.625/93, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.
- (A) Ao cônjuge sobrevivente e, em sua falta, aos herdeiros ou dependentes de membro do Ministério Público, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago o auxílio-funeral, em importância igual a dois meses de vencimentos ou proventos percebidos pelo falecido.
 - (B) Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, nos quinze dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais velho, para exercício do mandato.
 - (C) As atividades exercidas em organismos estatais afetos à área de atuação do Ministério Público, em Centro de Estudo e Aperfeiçoamento de Ministério Público, em entidades de representação de classe, e o exercício de cargos de confiança na sua administração e nos órgãos auxiliares constituem acumulação de cargo que deve observar os parâmetros constitucionais.
 - (D) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.
 - (E) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Presidente da Assembleia Legislativa, que a submeterá ao Poder Legislativo.

- 81.** A respeito dos Planos e Programas de Atuação Institucional do Ministério Público do Estado de São Paulo, previstos na Lei Complementar Estadual nº 734/93, é correto afirmar que
- (A) o Plano Geral de Atuação será estabelecido pelo Procurador-Geral de Justiça, com a participação dos Centros de Apoio Operacional, das Procuradorias e Promotorias de Justiça, ouvidos o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
 - (B) para execução do Plano Geral de Atuação serão estabelecidos Programas de Atuação das Promotorias de Justiça; Programas de Atuação Integrada de Promotorias de Justiça; Programas de Atuação da Procuradoria de Justiça junto aos Tribunais; e Projetos Especiais.
 - (C) a atuação do Ministério Público deve levar em conta os objetivos e as diretrizes institucionais estabelecidos anualmente no Plano Geral de Atuação, destinados a viabilizar a consecução de metas prioritárias nas diversas áreas de suas atribuições legais, mediante ato do Procurador-Geral da República.
 - (D) os Projetos Especiais serão estabelecidos por Ato do Procurador-Geral de Justiça em vista de alterações legislativas, de circunstâncias emergenciais, ou de determinação de revisão de procedimentos pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
 - (E) os Programas de Atuação das Promotorias de Justiça, que serão por elas elaborados, especificarão as providências judiciais e extrajudiciais necessárias à sua concretização, a forma de participação dos órgãos do Ministério Público neles envolvidos e os meios e recursos para sua execução, visando ao atendimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
- 82.** Com relação ao direito fundamental de crianças e adolescentes à liberdade, ao respeito e à dignidade, como pessoas em desenvolvimento, previsto nos artigos 15 a 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que
- (A) a exploração sexual atinge o direito à integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente e assim deve ser entendido como preocupação da família, única responsável pela sua erradicação.
 - (B) compete ao Poder Público, sem intromissão da sociedade civil, velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
 - (C) o direito à liberdade se divide em liberdade da pessoa física, liberdade de pensamento, liberdade de expressão coletiva, liberdade de ação profissional e liberdade de conteúdo político, econômico e social.
 - (D) o direito ao respeito se restringe à inviolabilidade da integridade psíquica da criança e do adolescente, como forma de garantir a sua intimidade e privacidade.
 - (E) ao facultar aos adolescentes que tenham entre catorze e dezoito anos de idade o direito a voto, o artigo 16, inciso VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente busca garantir sua participação na vida familiar e comunitária.
- 83.** A colocação da criança e/ou do adolescente em família substituta, nos termos do artigo 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é regida pela seguinte premissa:
- (A) faz-se por procedimento em que o adolescente, maior de 12 (doze) anos, será ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião considerada, sem exigência de consentimento.
 - (B) na apreciação do pedido, levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.
 - (C) faz-se por procedimento em que a criança será ouvida pelo Ministério Público, que reduzirá a termo sua opinião sobre a medida, para utilização em razões recursais, se necessário.
 - (D) seguindo a linha de preocupação com o superior interesse da criança e do adolescente, a capacidade financeira da família substituta será considerada como elemento de principal relevância na análise da necessidade de separação de grupo de irmãos.
 - (E) independentemente da situação jurídica da criança e do adolescente, far-se-á mediante guarda ou adoção.

84. J.A., criança de 7 (sete) anos de idade, permaneceu sob os cuidados de Zenaide, sua avó materna, desde o falecimento dos pais, há 5 (cinco) anos, mostrando-se adaptada ao lar familiar, bem constituído. Ajuizada a ação de guarda pela avó materna, viúva, com pedido de antecipação de tutela, o Juiz de Direito encaminhou os autos em vista ao Ministério Público.

Considerando o exposto, assinale a alternativa que apresenta a manifestação inicial do Ministério Público, nos termos dos artigos 33 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (A) O Ministério Público requereu o deferimento da liminar de guarda, como forma de regularizar a posse de fato, com o reconhecimento do menor como dependente da avó materna, inclusive para fins previdenciários.
- (B) O Ministério Público requereu a nomeação da avó materna como representante legal do menor para a prática de determinados atos, por exemplo, matrícula em escola e acompanhamento médico.
- (C) O Ministério Público requereu a citação dos avós paternos, para manifestação de interesse na ação de guarda, porque os avós – paternos e maternos – possuem os mesmos direitos com relação ao menor.
- (D) O Ministério Público requereu o indeferimento da inicial, por falta de interesse processual, porque há impedimento legal à adoção por ascendentes, no artigo 42, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (E) O Ministério Público requereu o indeferimento da liminar e o abrigo do menor, diante de situação de risco, porque a avó materna, durante cinco anos, exerceu a posse de fato, sem regularizá-la.

85. Considera-se ato infracional

- (A) a sentença que aplica medida socioeducativa ao adolescente.
- (B) a extinção da medida socioeducativa pela realização de sua finalidade.
- (C) a medida aplicável aos pais ou responsável pelo descumprimento de seus deveres acerca da criança e do adolescente, em relação aos quais exerçam seu poder.
- (D) o descumprimento de medida socioeducativa aplicada ao adolescente.
- (E) a conduta praticada por adolescente, descrita como crime ou contravenção penal.

86. Disciplinando a participação do Ministério Público como *custos legis*, é correto afirmar, nos termos do artigo 202 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, “nos processos e procedimentos em que não for parte,

- (A) o Ministério Público terá ciência de atos processuais, decisões interlocutórias e sentenças antes do trânsito em julgado”.
- (B) o Ministério Público será citado e terá vista dos autos, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para extração de cópias reprográficas necessárias ao ajuizamento de ações cíveis previstas no artigo 201 do mencionado diploma legal”.
- (C) o Ministério Público atuará obrigatoriamente na defesa dos direitos e interesses de que cuida o mencionado diploma legal, hipótese em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências, usando os recursos cabíveis”.
- (D) o Ministério Público será intimado de todos os atos processuais, o que permitirá acesso a todo local onde se encontrem crianças e adolescentes”.
- (E) o Ministério Público será intimado e poderá fazer recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação”.

DIREITO COMERCIAL E EMPRESARIAL

87. Assinale a alternativa que está em consonância com as disposições do Código Civil, acerca do estabelecimento.

- (A) O estabelecimento, por representar o complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, não pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, ainda que sejam compatíveis com a sua natureza.
- (B) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou o arrendamento do estabelecimento só produzirá efeitos quanto a terceiros tão logo seja averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, independentemente de publicação na imprensa oficial.
- (C) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento desses, de modo exclusivamente expresso, em trinta dias a partir de sua notificação.
- (D) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- (E) Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.

88. Considerando-se as sociedades coligadas, nos termos expressos pelo Código Civil, a sociedade de cujo capital outra sociedade participa com dez por cento ou mais, do capital da outra, sem controlá-la, é denominada
- (A) minoritária.
 - (B) filiada.
 - (C) de simples participação.
 - (D) preferencial.
 - (E) subsidiária.
89. A ação revocatória, no processo falimentar, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público, no prazo de 3 anos. Conta-se o referido prazo
- (A) anteriormente à data do pedido de falência.
 - (B) anteriormente à data da prática do ato que se pretenda revogar.
 - (C) da prática do ato que se pretenda revogar.
 - (D) da data em que for decretada a falência.
 - (E) do pedido de falência.
90. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à sociedade cooperativa, segundo o regramento que lhe é conferido pelo Código Civil.
- (A) Impõe limitação ao número máximo de sócios.
 - (B) É sempre empresária, independentemente de seu objeto.
 - (C) A responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.
 - (D) O *quorum* para funcionamento e deliberação da assembleia geral é fundado pelo capital social representado e não pelo número de sócios presentes à reunião.
 - (E) Pode ser constituída na configuração de sociedade em comandita simples.
91. Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre aspectos conceituais dos direitos humanos em sua evolução histórica.
- (A) Os direitos humanos da terceira dimensão marcam a passagem de um Estado autoritário para um Estado de Direito e, nesse contexto, o respeito às liberdades individuais, em uma perspectiva de absentéismo estatal, fruto do pensamento liberal-burguês do século XVIII.
 - (B) Os direitos de quarta dimensão, ou direitos de liberdade, têm como titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa e ostentam uma subjetividade que é seu traço mais característico, sendo, assim, direitos de resistência ou oposição ao Estado.
 - (C) Os direitos fundamentais da primeira dimensão são marcados pela alteração da sociedade por profundas mudanças na comunidade internacional, identificando-se consequentes alterações nas relações econômico-sociais, sobretudo na sociedade de massa, fruto do desenvolvimento tecnológico e científico.
 - (D) Os direitos da quinta dimensão são direitos transindividuais que transcendem os interesses do indivíduo e passam a se preocupar com o gênero humano, com altíssimo teor de humanismo e universalidade, inserindo-se o ser humano em uma coletividade que passa a ter direitos de solidariedade ou de fraternidade.
 - (E) A evidenciação de direitos sociais, culturais e econômicos, correspondendo aos direitos de igualdade, sob o prisma substancial, real e material, e não meramente formal, mostra-se marcante nos documentos pertencentes ao que se convencionou classificar como segunda dimensão dos direitos humanos.
92. A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judicial autônoma cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana, exercendo, dentre outras, a função contenciosa, na qual se encontra a resolução de casos contenciosos e o mecanismo de supervisão de sentenças. Para que um caso possa ser submetido à decisão da Corte, é necessário que ele seja apresentado
- (A) por um dos Estados-Parte ou pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
 - (B) pelo próprio interessado ou por uma entidade internacional de direitos humanos devidamente reconhecida como tal pela Corte.
 - (C) por um Estado-Nação, integrante ou não do Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.
 - (D) pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou por entidade de direitos humanos sediada no país onde o caso ocorreu.
 - (E) por um dos Estados-Parte, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ou pelo interessado ou seus sucessores.

- 93.** A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com seu Protocolo Facultativo, assinada em Nova York, em 2007, é o único documento internacional de direitos humanos considerado com *status* de emenda constitucional no ordenamento jurídico nacional, pois
- (A) foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, conforme procedimento previsto no art. 5º, § 3º da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/04.
 - (B) foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, conforme procedimento previsto no art. 5º, § 3º da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/04.
 - (C) é o único caso em que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou favoravelmente à tese de que o art. 5º, § 2º, ao prever que direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, basta para que uma convenção internacional sobre direitos humanos seja considerada equivalente à emenda constitucional.
 - (D) há previsão expressa, constante de disposição da Emenda Constitucional nº 45/04, que os tratados e convenções de direitos humanos, mesmo que aprovados por quórum de maioria simples, possuirão *status* de emenda constitucional, face ao caráter materialmente constitucional de seus conteúdos.
 - (E) é o único caso em que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou acerca do *status* das convenções de direitos humanos, encampando a tese de que terão *status* de emenda constitucional se versarem sobre direitos expressamente previstos na Constituição Federal.
- 94.** O Sistema Único de Saúde será financiado
- (A) por meio de percentual, a ser fixado por lei complementar, que incidirá sobre o imposto de renda (União), o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (Estados e Distrito Federal) e o imposto predial e territorial urbano (Municípios).
 - (B) pela União, em 18%, e pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.
 - (C) com valores constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que deverão alcançar o mínimo de 10% do Produto Interno Bruto nacional.
 - (D) pela quantia que represente 15% da receita corrente líquida do orçamento da União e 8% da receita corrente líquida dos orçamentos de Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (E) com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
- 95.** Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o Sistema Único de Assistência Social, regido pela lei que organiza a Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/93).
- (A) São consideradas de assessoramento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.
 - (B) A organização da assistência social tem como diretrizes a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com comando único das ações em cada esfera de governo e a primazia da responsabilidade do cidadão e das entidades privadas na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - (C) O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Estadual de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.
 - (D) O CREAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
 - (E) A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, com objetivo, dentre outros, de consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva.

96. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, nos termos da Lei Federal nº 10.216/01.
- (A) O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, quando estabelecido por especialista responsável pelo tratamento, ou por determinação do representante do Ministério Público.
 - (B) O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social e psicológicos, bem como benefício assistencial mensal no valor de um salário-mínimo.
 - (C) A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.
 - (D) Evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental aos familiares ou ao representante legal do paciente, bem como à autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de 4 (quatro) horas do momento da ocorrência.
 - (E) Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, devendo, no entanto, ser comunicados seu representante legal, os conselhos profissionais competentes e o Conselho Nacional de Saúde.
97. No que se refere à propaganda partidária ou eleitoral, no período eleitoral, é correto afirmar que
- (A) é permitida a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.
 - (B) é proibida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.
 - (C) a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto, depende de licença da polícia.
 - (D) a realização de comícios e a utilização de aparelhagem de sonorização fixa são permitidas no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas.
 - (E) é vedado ao partido político utilizar na propaganda eleitoral de seus candidatos em âmbito regional, inclusive no horário eleitoral gratuito, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional.
98. No dia do pleito eleitoral, por vezes, verifica-se o fornecimento, a contratação ou o oferecimento gratuito de transporte a eleitores, sendo correto afirmar que
- (A) é irregularidade eleitoral, inclusive capitulada como crime eleitoral, respondendo pelo crime quem fornece o transporte.
 - (B) é permitido ao partido político a contratação ou o oferecimento de transporte a eleitores que residam fora da zona eleitoral.
 - (C) é permitido ao partido político a contratação ou o oferecimento de transporte a eleitores que residam dentro do próprio município, inclusive da zona rural para a área urbana, sendo vedado entre municípios diferentes com a contratação de ônibus.
 - (D) é permitido ao partido político a contratação ou o oferecimento de transporte a eleitores que residam em municípios limítrofes, somente da zona rural para a área urbana.
 - (E) é permitido, após a Constituição Federal de 1988, com fundamento na liberdade de locomoção.

99. A ação de impugnação de registro de candidatura tem a finalidade de indeferir o pedido de registro de candidatos que apresentem falta de condição de elegibilidade, incidência de inelegibilidade e descumprimento de formalidade legal e

- (A) pode ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público, no prazo de quinze dias após a publicação do edital contendo os pedidos de registro.
- (B) pode ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer candidato, partido político ou coligação, no prazo de cinco dias após a publicação do edital contendo os pedidos de registro.
- (C) pode ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer candidato ou cidadão no gozo dos direitos políticos e por partido político ou coligação, no prazo de dez dias após a publicação do edital contendo os pedidos de registro ou da abertura de vista para o Ministério Público.
- (D) pode ser proposta por qualquer candidato, partido político ou coligação, no prazo de três dias após a publicação do edital contendo os pedidos de registro ou da abertura de vista para o Ministério Público.
- (E) pode ser proposta por qualquer cidadão no gozo dos direitos políticos, no prazo de sete dias após a publicação do edital contendo os pedidos de registro.

100. No que se refere ao denominado “voto do eleitor em trânsito”, é correto afirmar que, aos eleitores em trânsito

- (A) no território nacional, é igualmente assegurado o direito de voto nas eleições para Presidente da República, Governador e Senador, em urnas especialmente instaladas nas Capitais dos Estados e na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) no território nacional, é igualmente assegurado o direito de voto nas eleições aos cargos majoritários (Presidente da República, Governador, Senador e Prefeito), em urnas especialmente instaladas nas Capitais dos Estados e na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) no território nacional, é igualmente assegurado o direito de voto nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, em urnas especialmente instaladas nas Capitais dos Estados e na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) na Capital Federal, é igualmente assegurado o direito de voto nas eleições para Presidente, Vice-Presidente da República e Senador, em urna especialmente instalada na Capital Federal e na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) no território nacional, é igualmente assegurado o direito de voto nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador dos Estados, em urnas especialmente instaladas nas Capitais dos Estados e na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

